

A EMIGRAÇÃO DO NORDESTE TRASMONTANO PARA O BRASIL NO INÍCIO DO SÉCULO XX

Maria da Graça Lopes Fernandes Martins

1. DADOS QUANTITATIVOS DE PORTUGAL CONTINENTAL E DO DISTRITO DE BRAGANÇA FACE AO BRASIL COMO DESTINO DA EMIGRAÇÃO

As trajectórias dos emigrantes nordestinos não diferem muito em relação às preferências dos emigrantes de Portugal continental, apesar de apresentarem aspectos de conteúdo específicos. A América é o continente que absorve o maior número de emigrantes, cerca de 564 333 indivíduos, 93,27% de um total de 605 034. Dentro deste continente destaca-se o Brasil (tabela n.º 1) que, só por si, absorve 519 989 emigrantes (85,28% do total), apresentando para estes dois decénios valores consideráveis no continente e perante outros continentes. Joel Serrão retrata bem este movimento: “*chusmas de indivíduos ansiosos por melhor sorte demandam na longa travessia do Atlântico, (...) aos portos do Novo Mundo, donde a esperança lhes acenava*”¹.

Tabela 1: Emigração com destino ao Brasil a partir de Portugal Continental e distrito de Bragança (1901-1920)

ANOS	PORTUGAL CONTINENTAL			DISTRITO DE BRAGANÇA			PESO REALATIVO
	Total de Emigrantes	Emigração para o Brasil	%	Total de Emigrantes	Emigração para o Brasil	%	
1901	15 264	13 245	86,77%	764	702	91,88%	5,30%
1902	15 012	13 232	88,14%	550	502	91,27%	3,79%
1903	15 634	13 783	88,16%	394	339	86,04%	2,46%
1904	22 234	20 161	90,68%	1 767	1 710	96,77%	8,48%
1905	25 193	22 943	91,07%	1 252	1 166	93,13%	5,08%
1906	26 989	24 416	90,47%	980	879	89,69%	3,60%
1907	31 206	29 919	95,88%	1 417	1 369	96,61%	4,58%
1908	35 689	34 820	97,57%	3 202	3 159	98,66%	9,07%
1909	30 286	29 145	96,23%	1 675	1 514	90,39%	5,19%

Cont.

ANOS	PORTUGAL CONTINENTAL			DISTRITO DE BRAGANÇA			PESO REALATIVO
	Total de Emigrantes	Emigração para o Brasil	%	Total de Emigrantes	Emigração para o Brasil	%	
1910	31 799	29 760	93,59%	1 633	1 502	91,98%	5,05%
1911	49 560	45 762	92,34%	6 476	5 951	91,89%	13,00%
1912	77 745	72 245	92,93%	11 532	11 151	96,70%	15,43%
1913	67 821	62 459	92,09%	8 619	8 423	97,73%	13,49%
1914	20 918	18 886	90,29%	1 411	1 380	97,80%	7,31%
1915	14 089	11 289	80,13%	953	868	91,08%	7,69%
1916	17 362	9 883	56,92%	1 211	939	77,54%	9,50%
1917	13 062	6 899	52,82%	851	676	79,44%	9,80%
1918	11 321	6 077	53,68%	766	600	78,33%	9,87%
1919	33 709	20 425	60,59%	1 355	1 103	81,40%	5,40%
1920	50 141	30 640	61,11%	1 352	1 138	84,17%	3,71%
Total	605 034	515 989	85,28%	48 160	45 071	93,59%	8,73%

* Percentagem dos emigrantes do distrito de Bragança relativamente ao total da emigração portuguesa

Comparando a emigração com destino ao Brasil de Portugal continental e do Distrito de Bragança, podemos concluir que os valores absolutos e percentuais de ambas as regiões são significativos. Nos dois primeiros decénios do século XX, a percentagem do distrito foi superior, já que, num universo de 48 160 emigrantes, 93,59% (45 071 indivíduos) se deslocaram para aquele país. O valor percentual é notório: 93,58%, atendendo à escala e dimensão demográfica do distrito (população de facto), calculada segundo os censos da população para 1900 com 185 162 indivíduos, para 1911 em 192 024 e em 1920 com um decréscimo para 170 302.

Os valores relativos à TBE (Taxa Bruta de Emigração) distrital e continental são também dignos de menção, respectivamente para 1901-1911, 9,69‰ e 5,14‰; para 1912-1920, 17,20‰ e 6,09‰.

As TBE do Distrito de Bragança apresentam valores, em permilagem, superiores aos de Portugal continental, ilustrando, pois, a saída em massa de muitos nordestinos.

No conjunto da comunidade emigrante portuguesa do Brasil, no período 1901-1920, 8,73% é ocupada pelos emigrantes nordestinos. O ano de 1912 é decisivo em termos de valores absolutos para Portugal continental e Distrito de Bragança, tanto para o total dos destinos, 77 745 indivíduos e 11 532 respectivamente, bem como para o caso concreto do Brasil, 72 245 e 11 151 emigrantes, respectivamente. Em termos percentuais, o ano de 1908 é marcante tanto para o Continente como para o Distrito de Bragança. A percentagem dos que se deslocam para o Brasil corresponde, respectivamente, a 97,57% e 98,66% dos emigrantes.

No conjunto da comunidade portuguesa no Brasil, o ano de 1912 absorve 15,43% de emigrantes nordestinos, valor máximo, seguido de 13,49% para 1913. Apenas os anos de 1903, 1906, 1909, 1910 e 1911 se apresentam, para o Distrito de Bragança, com valores percentuais inferiores aos do continente, no tocante ao volume de emigrantes que se deslocam para o Brasil. Curioso também verificar que a partir de 1916 até 1920 a diferença ultrapassa os 20%. A 2ª década do século concentrou a maior percentagem, na qual o ano de 1912 “recolheu os louros” com 11 532 emigrantes. As expectativas que a 1.ª República alimentara traduziram-se, inversamente, num volume considerável de emigrantes, que alheios a pressões políticas, porque “massa anónima”, abandonaram a terra natal. Apenas a insegurança do período bélico de 1914-1918 contrariou, temporariamente, este fluxo já que, logo a seguir, se transformou num verdadeiro factor de angariação de emigrantes.

2. DESTINOS DOS EMIGRANTES TRANSMONTANOS

Sem dúvida, a concluir pelos números apresentados nas estatísticas oficiais, nos Livros de Registos de Passaportes e pela informação colhida nos periódicos regionalistas do distrito de Bragança, nas duas primeiras décadas do século XX, especialmente no pico do fluxo emigratório: 1911, 1912, 1913, a análise dos pólos de atracção geográfica dos emigrantes deixa transparecer uma preferência indiscutível pelos destinos intercontinentais (gráfico n.º 1), mais concretamente os transoceânicos, privilegiando o continente americano.

Vejamos os valores absolutos e percentuais dos emigrantes, que o quadro n.º 2 nos transmite: os 48 160 emigrantes são distribuídos da seguinte forma: América 47 133 (97,87%); África 564 (1,17%); Europa 287 (0,60%); Oceânia (Ilhas de Sandwiche/Hawai) 159 (0,33%); Ásia (Índia Inglesa, Polinésia – serviços militares) 17 (0,04%).

A América é o continente que sobressai. Os restantes continentes apresentaram valores que não atingiram os 2%.

Tabela 2: Emigração do Distrito de Bragança (1901-1920)
Distribuição por destinos

ANOS	EUROPA		ÁSIA		ÁFRICA				AMÉRICA					OCEÂNIA		
	Total	%	Total	%	Ocidental Portug.	Oriental Portug.	Outros países	Total	Brasil	Outros países	América do Sul	América Norte	Total	%	Total	%
1901	764	0	0,00%	0,00%	55	7		62	702				702	91,88%		0,00%
1902	550	2	0,36%	0,00%	43	2		45	502	1			503	91,45%		0,00%
1903	394	0	0,00%	0,51%	43	9		52	339			1	340	86,29%		0,00%
1904	1 767	7	0,40%	0,11%	40	2		42	1 710		1	5	1 716	97,11%		0,00%
1905	1 252	1	0,08%	0,08%	78	5		83	1 166			1	1 167	93,21%		0,00%
1906	980	5	0,51%	0,00%	79	8	1	88	879	7		1	887	90,51%		0,00%
1907	1 417	1	0,07%	0,64%	29	2		31	1 369	4		2	1 375	97,04%	1	0,07%
1908	3 202		0,03%	-	1				3 159	33		9	3 201	99,97%		0,00%
1909	1 675		0,00%	-					1 514	152		8	1 674	99,94%		0,00%
1910	1 633		0,00%	0,00%					1 502	71		22	1 595	97,67%	38	2,33%
1911	6 476	1	0,02%	0,00%					5 951	12		446	6 409	98,97%	66	1,02%
1912	11 532	6	0,05%	0,00%					11 151	62		289	11 502	99,74%	24	0,21%
1913	8 619	1	0,01%	0,00%					8 423	46		120	8 589	99,65%	29	0,34%
1914	1 411		0,00%	0,00%					1 380	11		20	1 411	100,0%		0,00%
1915	953	1	0,10%	0,00%				1	868	14		69	951	99,79%		0,00%
1916	1 211	25	2,06%	0,00%				18	939	7		221	1 167	96,37%	1	0,08%
1917	851	35	4,11%	0,12%				14	676	21		104	801	94,12%		0,00%
1918	766	41	5,35%	0,13%				39	600	22		63	685	89,43%		0,00%
1919	1 355	100	7,38%	0,00%				60	1 103	23		69	1 195	88,19%		0,00%
1920	1 352	60	4,44%	0,00%				29	1 138	6		119	1 263	93,42%		0,00%
Total	48 160	287	0,60%	0,04%	367	35	1	564	45 071	493	1 569	47 133	97,87%	159	0,33%	

Todos os anos apresentam registos de emigrantes. Apenas os anos de 1901, 1902, 1903, 1906, 1915, 1917 e 1918 não atingem valores iguais ou superiores a 1 000 emigrantes. O ano mais representativo é o de 1912 com 11 502, (99,74% dos 11 532 emigrantes desse ano). Entre 1907 e 1914 registam-se os valores mais elevados. Curioso referir que para o ano de 1914, emigraram para a América 1 411 indivíduos, correspondente a 100% dos emigrantes desse ano. Os anos de 1908, 1909, 1912, 1913 e 1915 ultrapassam valores percentuais de 99%. Os Livros de Registos de Passaportes apresentam muitas vezes a designação “América” sem especificar países. Os E.U.A. confundem-se com a designação América do Norte. E o Brasil também aparece designado como Estados Unidos do Brasil.

A América do Norte concentrou 1 569 emigrantes, 3% dos emigrantes do Distrito de Bragança, entre 1901-1920. Os E.U.A. apresentam-se como um país atractivo, junto da população emigrante, especialmente pelas ofertas de trabalho remunerado. No entanto, as políticas de recepção de emigrantes, pautaram-se por restrições quantitativas e qualitativas. O desenvolvimento deste país passava pela selecção de mão-de-obra válida, saudável, alfabetizada, pondo de parte velhos, doentes ou portadores de condutas moralmente contestadas. Empregar e albergar esta mão-de-obra emigrante implicava custos que os governos pretendiam minimizar.

A América do Sul aparece-nos subdividida nas estatísticas oficiais entre “outros países da América do Sul” e “Brasil” e reúne, nestes dois espaços, um contingente de 45 564 indivíduos, respectivamente, 493 e 45 071 emigrantes. O peso, em termos absolutos e percentuais, exercido pelo Brasil, depreende-se logo à partida. Destacam-se ainda países como o Chile, Uruguai (Montevideu), Panamá e Argentina (Buenos Aires). O fluxo, para estes países, passava pelas ligações via Brasil.

Para a Argentina, regista-se maior incidência entre os anos de 1907 a 1919. Associava-se a um país jovem, com capacidade de absorção da população, com recursos naturais e mercado de trabalho propício, principalmente no sector agrícola, mas onde se efectuava o controlo dos clandestinos. O Chile é também um país que só é referido para os anos de 1909 e 1910, onde atraíam as actividades agrícolas vinícolas que os emigrantes transmontanos conheciam. Outros países como o Uruguai, são referidos para os anos de 1907, 1911, 1912 e 1916 e o Panamá é mencionado em 1909.

O continente africano – mais concretamente as zonas sobre as quais incidia a colonização portuguesa: Angola, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde, associadas ao Zaire e Congo – revelou-se um destino competitivo e propagandeado, mas ignorado pela massa populacional emigrante, já que África simbolizava aventura e a necessidade de construir e dinamizar a partir do “nada”; a este destino associavam-se ainda políticas e projectos de fomento colonial pouco atractivos, um clima rigoroso e um estatuto de “colono” que não agradava a quem via na emigração um sinal de rápida prosperidade económica. Esta emigração “organizada”, “orientada” e de tipo “colonial”, promovida pelos

governos, não se viu traduzida em contingentes numéricos significativos, entre 1901-1920. Para aqui não convergiram as ambições que os governos pretendiam reflectir nos habitantes.

A Europa redescobriu-se a partir de 1916 e marcou posição após o confronto bélico de 1914-1918. A inversão do quadro geográfico revelou a faceta intercontinental do fenómeno emigratório regional, atendendo à urgência da reconstrução das economias, do reerguer dos espaços urbanos e redinamização das explorações mineiras e agrícolas. O país de maior incidência emigratória, neste período, foi a França, seguida da Alemanha, Bélgica e Espanha. A 1.^a Grande Guerra travou, pela insegurança que transmitia, a saída de contingentes emigrantes para a América, mas dinamizou, imediatamente, a mobilidade destes indivíduos para o novo pólo geográfico, focalizando na Europa as suas atenções. Neste cenário, as possibilidades de trabalho remunerado estavam bem mais perto e ao alcance de um maior número de braços, disponibilizados pela crise brasileira e pelo apertado filtro dos E.U.A.

3. PERFIL DOS EMIGRANTES NORDESTINOS

Numa breve alusão ao perfil que as estatísticas nos indicam, podemos afirmar que os emigrantes deslocavam-se individualmente ou em grupos, os quais podiam ser constituídos por 5, 10, 15 indivíduos ou mais, caso fosse para um contrato de trabalho. No entanto, grande parte dos grupos era composta por unidades familiares rurais, da montanha e do interior desfavorecido, acrescidas de parentes ou amigos próximos.

A percentagem masculina, no conjunto dos emigrantes nordestinos, cerca de 48 160, é de 25 880 indivíduos (53,74%) e a feminina de 22 280 (46,26%). Entre 1914-1919, os contingentes femininos são superiores aos masculinos ultrapassando os 50%. A percentagem de mulheres emigrantes do Distrito é superior à percentagem de mulheres emigrantes de Portugal continental, respectivamente 46% e 25%, perante o total de cada zona.

A mulher era considerada, dentro do processo emigratório, como facilmente exposta a convivências, condutas sociais menos dignas e comportamentos de marginalidade. Mas a mulher emigrante está também associada à família que emigra, ou que lá fora se chega a constituir.

O alerta para a emigração de mulheres jovens e solteiras pautava-se por conhecer melhor os seus destinos e ocupações, muitas vezes desprotegidas, enganadas ou aliciadas, desde o país de origem até ao país que as acolhia e, onde nem sempre eram propiciadas as condições materiais e morais de existência. As redes de prostituição e o tráfico de mulheres eram amplamente denunciados.

É o elemento masculino que parte para, previamente, criar condições básicas que lhe permitiriam reunir a família, em forma de emigração livre, sem contratos prévios e destinada, normalmente, aos mercados de trabalho urbanos.

As saídas femininas estiveram durante muito tempo pouco evidenciadas, atendendo à forma como os passaportes eram emitidos, apenas em nome do titular, normalmente um elemento do sexo masculino, acompanhado pela mulher, filhos ou parentes próximos. A verdade é que as mulheres engrassavam as fileiras da emigração, e através delas, fomentou-se a emigração de tipo familiar. Famílias inteiras abandonam as suas terras tornando a corrente emigratória um aspecto de verdadeira calamidade.

A tendência para a subida da emigração feminina permite-nos constatar que a mulher emigra acompanhando o marido com os filhos pequenos, ou acompanhada apenas pelos filhos para se reunir ao marido.

A emigração desta mulher casada comprova uma reintegração ou reencontro do grupo familiar de origem nas “cartas de chamada” que o cônjuge enviava e que passaram a ser, a partir da 1.^a Grande Guerra, prova deste procedimento. A mulher é pois, directamente, um importante ponto de referência na conservação de valores e no equilíbrio familiar, atribuindo-se-lhe também um papel elogioso e digno.

Ninguém duvida das potenciais e preciosas energias de que o país fica desprovido quando os agrupamentos familiares se desintegram na sua unidade ou se dispersam, geograficamente, bem como os efeitos negativos da sua deslocação em bloco. No entanto, a importância da mulher no quotidiano familiar emigrante revela-se essencial por apelar para o trabalho efectivo que desempenhavam, conjuntamente com os outros membros da família, na realização das ocupações domésticas tradicionais e pelo “companheirismo” diário, demonstrado em relação aos membros da família, como sublinhou Maria Isilda Matos².

A distribuição dos emigrantes por estado civil privilegiou, no período em causa e para o Distrito de Bragança os solteiros que ocupam 60,96% do universo emigrante. Seguem-se os casados, viúvos e divorciados. Facto curioso é que emigraram mais mulheres viúvas e divorciadas do que homens.

Assinalamos que o Distrito de Bragança registou um maior volume de emigrantes (h/m) com mais de 14 anos de idade, 32 340 (67,15% dos emigrantes). Os valores percentuais do distrito de Bragança excedem os valores de Portugal continental perante os menores de 14 anos (para os jovens era a idade de apresentação para serviço militar rigoroso).

Em termos de profissões é fácil observar que o sector extractivo ocupa posição de destaque no grupo emigrante do Distrito, 47,84%, (correspondente a 21 281 indivíduos de um universo calculado em 44 481 emigrantes); seguido dos “sem profissão” (45,88%); do sector transformador (tarefas manuais ou manufactureiras; ex: sapateiro, alfaiate, carpinteiro, pedreiro), (2,71%); do grupo “sem profissão específica” (2,03%) e, finalmente, os oriundos do sector dos serviços (1,53%) e também as “ocupações domésticas”.

O “recrutamento” que a emigração efectuou nas várias “camadas” profissionais de então, incide nos mais desprotegidos e o tipo de distribuição dos emigrantes, em função das profissões, é também ritmado pelas trajectórias geográficas que então se operaram. Procurava-se um país onde o “ofício” se pudesse desenvolver.

Os níveis de instrução, tanto dos emigrantes de Portugal continental como do Distrito de Bragança, eram muito baixos. Os valores são chocantes.

Os protagonistas da emigração deste período são analfabetos. No entanto, também a população distrital, em termos de analfabetismo, ultrapassava os 80%. A emigração encontrava aqui verdadeira “matéria-prima” e uma autêntica “legião de explorados” que vergam à prepotência dos engajadores e contratadores. Deparamos no grupo emigrante com cerca de 86% de analfabetos, enquanto os “alfabetizados” (saber ler e escrever) rondavam apenas os 14%. Saliente-se que o grupo das mulheres é o mais desprotegido neste domínio. Das mulheres que emigraram, cerca de 96% eram analfabetas. Os valores distritais neste capítulo ultrapassam os níveis continentais.

Da colheita estatística efectuada, apurou-se que os nordestinos emigraram, essencialmente, para procurar trabalho e com ele dinheiro para sustentar a família, que na maior parte dos casos, partia em bloco. Cerca de 83% dos emigrantes do distrito e 85% dos do continente procuravam “melhorar fortuna”.

A expressão pode ter várias interpretações: angariar capital já que partiam pobres ou descapitalizados, procurar novo rumo para a vida, que passaria também por uma melhoria das condições financeiras e do bem estar dos descendentes e/ou dependentes.

A “opção” de emigrar foi determinada pela “necessidade”, transformada em situação de recurso para “exercer a profissão”, ou conseguir trabalho para obter dinheiro, ainda que nem sempre no sector de actividade de origem, respectivamente, 58% dos emigrantes, ou “viver com a família” – 28% dos emigrantes do distrito.

Numa breve alusão diríamos que foram homens e mulheres de aparência descuidada, trabalhadores braçais válidos, analfabetos, desiludidos, inconformados, humildes mas corajosos e com grande vitalidade interior. Emigram os mais enérgicos, firmes, decididos, fugindo ao sofrimento e escoando-se para o exterior em verdadeiras vagas humanas.

Vejam alguns excertos de textos de periódicos que nos transmitem retratos comoventes:

“Não vai com a visão na riqueza, para além-mar, o que se expatria; deixa a pátria fundido em lágrimas, dilacera-se-lhe o coração ao abandonar tudo o que amava, a aldeia, a choupana, amigos, parentes, aquela que havia compartilhado da sua felicidade conjugal. Mas vai! não há lar sem pão, sem lume; não há família sem agasalho ou conforto (...). O operário camponês emigra por indigência e os que levam a família não vai confortada”³.

“Na sua maioria eram trabalhadores rurais, gente bronca e sem as menores luzes do mundo. Analfabetos, eram como que rebanhos guiados pelo pastor, que os ia levar à administração do concelho para lhe tirar os passaportes (...). A maioria dos nossos emigrantes são simples trabalhadores rurais que só no serviço braçal podem ser empregados. Vão para a América fazer o serviço de retos e empregados, com desvantagem, nos trabalhos agrícolas, por não estarem preparados para novas culturas”⁴.

“Pareceu-nos de grande alcance, entrevistar um dos muitos emigrantes que, em cata de trabalho, partem da Pátria, talvez para não mais voltar. (...) Fomos buscar ao seio do povo que sofre a fome e as intempéries, verdades amargas e dolorosas (...) de desgraçados (...) nesse vasto mar de desventuras. (...) Na minha aldeia há anos que vimos atravessando uma vida cheia de privações. As colheitas cada vez mais escassas e sempre a esperança enganadora a impelir-nos para o trabalho. Não sabemos, é certo cultivar a terra, mas contra os maus anos não há ciência que valhe e desconfiarmos das técnicas quando as não vemos confirmadas pela prática. Há ainda outros motivos que me decidiram a emigrar (...) e vou-lhe referir um que desgostou o povo da minha aldeia (...): perdemos a esperança nos homens influentes da política e até padres em quem tínhamos uma cega confiança que nos levaram a actos de hostilidade contra a república, iludindo-nos (...). Perdemos também a confiança no pão, que de balde, temos tentado arrancar ao solo dos nossos campos. Vamos pois para outra terra em cata de solos mais férteis e de homens de mais são carácter, onde possamos encontrar a confiança e o bem-estar que inútil e infelizmente procurámos durante longos anos de privações e de decepções amargas”⁵.

“Simplórios, analfabetos, sem prática, muitas vezes de qualquer mister, lá partem, à mercê da sorte com raras probabilidades de êxito. (...) Tendo de competir com o inglês monopolista, com o esperto italiano e com o francês sagaz, preparados para o “struggle for life” depressa são esmagados pela roda da fortuna, que era o seu ideal, provando uma vez mais que não é pelo acaso que o triunfo se consegue, mas pelo emprego simultâneo da inteligência e do trabalho (...). Sem inquirir o motivo de retumbantes triunfos, cuidam os simples que a todos é dado consegui-los, muitos embora se vá desprovido da mais rudimentar ilustração e apenas se saiba e possa manejar o alvião e a enxada”⁶.

“Já não é o jornaleiro sem pousada ou o artífice mal remunerado, que procura solucionar a vida mediante o expediente transitório de uma ida até ao Brasil. É o chefe de família, remediado e cheio de filhos, que mal barateando as economias por mais de comissários e engajadores sem consciência, (...) atendido e estonteado pela quimera ridente de um futuro de prosperidades fora da Pátria (...) vende a vil preços a choupana e a horta para enrourpar (...) meia dúzia de crianças que criou para, abandonando de vez a sua terra, ir a caminho do Eldorado apossar-se do ouro que se apanha às mãos ambas e bem estar que se alcança com o simples assentar de arraiais em terras de pretos!! Misérrima alucinação”⁷.

4. PORQUÊ O BRASIL COMO PAÍS ELEITO?

Sem dúvida, o Brasil surge como destino preferencial e com cariz maioritário nesta análise numérica. O destino da miragem, da fortuna, do conforto, da familiaridade. O destino que passa de “boca em boca”, que não necessitava de ser publicitado e que criava fáceis identificações. Houve aldeias que emigraram, desta forma, quase em bloco: uns iam, chamavam e levavam outros.

O Brasil apresenta as mais profundas contradições quanto ao incentivo dado aos emigrantes, permitindo colocar variadas interrogações sobre esta opção dos nordestinos que se revela multissecular. José Mattoso interroga-se acerca do Brasil como “*super-Portugal*” ou “*anti-Portugal*”. Convém não esquecer que o Brasil representou, no entender de muitos autores, um país “*sagrado*”, uma conquista para a nossa raça e língua, considerada a prova de um “*Portugal maior*”. No entanto, os portugueses emigrantes no Brasil, que davam bons exemplos de trabalho e civismo, nem sempre gozaram da receptividade desejada. Considerados por muitos elementos de elite e da classe trabalhadora brasileira como “*importunos*” e “*galegos*” sofreram da parte dos “*nativistas brasileiros*” o reflexo dos ressentimentos e da “*lusofobia*” a que a imprensa se associou.

Curiosamente, em Portugal, “*o Brasil suscitava sentimentos contraditórios*”⁸ e também aqui se desencadearam alguns movimentos anti-brasileiros. Mattoso refere mesmo que, em 1913, os jornais lisboetas referiam as “*injúrias dos nativistas brasileiros*”, “*descendentes da macacaria das selvas*”. A verdade é, no entanto, reafirmada na frase de Mattoso a propósito da emigração para o Brasil: “*Embora os brasileiros não quisessem ser «portugueses», havia de qualquer maneira um Portugal no Brasil, formado pelos emigrantes*”⁹.

No conjunto destas duas décadas, o Brasil monopolizou, estatisticamente falando, os registos de emigrantes: “*Coube ao Brasil o maior quinhão dos nossos emigrantes (...) soberano da emigração portuguesa para o continente americano*”¹⁰. Dos 48 160 emigrantes do distrito, 45 071 concentraram-se no Brasil. O valor percentual é notório: 93,59%. Procurava-se um destino inviável no «*pátrio chão*»¹¹. “*Navegava-se para o Brasil no fito do enriquecimento, na ânsia de negócios chorudos e rápidos, impossíveis nos acanhados horizontes económicos da metrópole*”¹².

O Brasil tem a distribuição anual mais forte e uniforme, sem quebras muito relevantes. Qualquer dos anos, entre 1901 e 1920, apresentam valores superiores a 500 emigrantes. A distribuição anual não apresenta falhas. Apenas os anos de 1901, 1902, 1903, 1906, 1915, 1916, 1917 e 1918, apresentam valores inferiores a 1000 emigrantes. O valor mais elevado está associado ao ano de 1912, o ano mais forte na corrente emigratória distrital e também naquela que se direccionou para o destino brasileiro. Dos 11 532 emigrantes desse ano, 11 151 foram para aquele país, cerca de 96,69%. O ano de 1904 revela-se como o ano em que se inicia um volume crescente de emigrantes que engrossa, significativamente, entre 1911 e 1913, mas se reduz a partir de 1915, apesar da retoma ligeira em 1919.

Os Livros de Registos de Passaportes, todos os anos, mencionam registos de emigrantes, individuais e em grupo, com destino ao Brasil, incluindo impresso no formulário o próprio nome do país. Desfolham-se dezenas de páginas em que este destino é comum. Os emigrantes, que saíram em grupo, também demonstraram essa preferência. Do total recenseado de 7 208 grupos, calculado em 27 726 emigrantes, 6 894 dirigiram-se para o Brasil, cerca de 95,64%. (Devemos

considerar 20 564 registos de passaportes, equivalentes a um total individual e em grupo de 41 082 emigrantes. Apenas 13 356 o fazem em nome individual, dado que existiam livros de registos extraviados para alguns anos; daí a diferença com o número global das estatísticas oficiais).

Os anos de 1911, 1912 e 1913 são os mais representativos. No entanto, os anos de 1902, 1903, 1907 e 1914, apresentam, no conjunto destes grupos de emigrantes, percentagens que atingem os 100%, ou seja, todos os grupos desses anos se concentraram com destino ao Brasil. O oceano tornou-se um “*charco fácil de atravessar*” no dizer de Jorge Alves.

Nesta distribuição anual, muitos outros anos apresentam valores percentuais superiores a 90% (1906, 1908, 1915, 1919, 1920), comprovando o predomínio esmagador da emigração com orientação brasileira. A ligação ao Brasil, como refere Jorge Alves, “*resultou na sua natureza quase umbilical, em que a corrente humana e comercial emerge como o traço mais relevante, criando a longa e duradoura teia de relações que assegurou a sua persistência durante longos anos*”¹³.

Concretizando, através dos Livros de Registos de Passaportes, verifica-se que São Paulo, Rio de Janeiro e Santos catalisam o maior volume de grupos de emigrantes nordestinos, respectivamente, 203, 130 e 101. São Paulo apresenta valores superiores em 1907 e 1912, respectivamente, 51 e 22 grupos de emigrantes. A emigração estrangeira ocupava-se, principalmente, na construção de infra-estruturas várias que muito se desenvolveram neste período. O mesmo se passa com o Rio de Janeiro que, em 1906 e 1907, concentrou, respectivamente, 33 e 32 grupos de emigrantes.

Emygdio da Silva salientou que as regiões do sul eram as que apresentavam melhores condições de fixação atendendo também à vantagem do clima, mas, os emigrantes orientavam também as suas trajetórias para o norte e nordeste do Brasil. “*A causa evidente deste facto está em que, por um lado as tradições a acorrentam ao destino do Norte e do Centro-Litoral e em que, por outro lado, no Sul a nossa emigração de analfabetos dificilmente competiria com o emigrante em média mais instruído das outras nações e especialmente da Alemanha. O cônsul de Portugal em Porto Alegre, sr. Manuel de Araújo Bruno da Silva, no seu relatório de 30 de Abril de 1913, desenvolve a tese de que a emigração portuguesa para o Norte do Brasil se desnacionaliza mais dificilmente do que a emigração para o Sul: o clima inóspito do Norte repele-o e a facilidade de viagem directa igualmente concorre para que a sua fortuna se não funda com a da família brasileira, ao contrário do que acontece no Sul onde a desnacionalização é quase completa*”¹⁴.

Sabe-se também que os emigrantes nem sempre desempenhavam aqui as profissões de origem, vendo transformadas e desvirtuadas as suas tarefas habituais. “*As condições de perfeita loteria em que se realiza a nossa emigração em que além de tudo o mais, do cavador se faz marçano e do agricultor se faz caixeiro, no desvio da profissão, de que se foge, como da pátria que se abandona...*”¹⁵.

Outras zonas brasileiras referidas nos Livros de Registos de Passaportes não apresentam concentrações relevantes como são os casos de: Baía, Manaus, Pará, Pernambuco, Rio Grande do Sul. A emigração concentrava-se em cidades portuárias. As zonas costeiras eram de mais fácil acesso e também nestas zonas as possibilidades de fazer fortuna no comércio era explorada, para além do desempenho de tarefas ligadas à agricultura. Santos tinha boa posição geográfica, onde o “artífice” obtinha colocação em fábrica de curtumes, construção civil, serrações. Em Manaus explorava-se borracha.

Se atendermos à distribuição mensal dos emigrantes do Distrito para o Brasil entre 1901-1920, deparamos com o mês de Outubro como o mais representativo e que concentra o contingente mais significativo. Atendendo a valores absolutos e percentuais relativamente ao total de emigrantes para o Brasil, obtemos, por ordem decrescente os seguintes valores:

– Outubro	(7 573 – 16,80%)
– Setembro	(6 987 – 15,50%)
– Novembro	(5 699 – 12,64%)
– Março	(3 792 – 8,41%)
– Dezembro	(3 440 – 7,63%)
– Fevereiro	(3 433 – 7,62%)
– Janeiro	(3 269 – 7,25%)
– Agosto	(3 197 – 7,09%)
– Abril	(3 141 – 7,97%)
– Maio	(2 145 – 4,76%)
– Junho	(1 331 – 2,95%)
– Julho	(1 064 – 2,36%)

A lógica do calendário agrícola pode também aplicar-se a este caso, retratando a sazonalidade do movimento emigratório regional, especialmente do grupo feminino. O Verão apresenta menor número de saídas, atendendo à oferta de trabalho. O período de Inverno é mais propício para a emigração e para uma zona onde a actividade agrícola poderia ser exercida ou era divulgada com apêntência para tal.

Atendendo aos dados que nos apresentam as fontes estatísticas oficiais, apenas para o período entre 1914 e 1920 podemos constatar que do Distrito de Bragança o contingente feminino ultrapassou o masculino com destino ao Brasil e também relativamente a outros países da América do Sul; o mesmo não se verificando para outras zonas. Num universo de 6 704 emigrantes, 3 945 são mulheres, ou seja, 58,84%, perante apenas 2 759 homens (41,15%). As mulheres que emigraram para o Brasil representam, no conjunto dos emigrantes destes seis anos, 49,94% e os homens apenas 34,92%. Podemos ser levados a concluir que o período da 1.^a Grande Guerra tenha tido influência na redução dos contingentes masculinos.

Exploremos algumas das causas que estão na base da atracção exercida pelo Brasil junto dos emigrantes de Portugal continental e também do Distrito de

Bragança. Associada à precariedade das condições de vida e aos poucos incentivos internos oferecidos à população, o Brasil protagonizou um cenário aliciante para os emigrantes, resolvendo, ao mesmo tempo, algumas situações mais delicadas do seu contexto sócio-económico. A atracção brasileira contrariava em muito a repulsa exercida pela região transmontana. No entanto, nem sempre as expectativas dos emigrantes foram satisfeitas e o acolhimento prometido se efectivou.

Vejamos alguns desses incentivos:

1.º – Grande oferta de trabalho atendendo à abolição da escravatura no final do século XIX. O emigrante português substituiu o escravo negro e o europeu (especialmente alemão) que rejeita as condições de vida e trabalho que eram oferecidas a troco da força braçal utilizada nas grandes plantações de café. Sobre este produto girava a economia brasileira, como refere Carvalho Arroteia: “*Em plena fase de expansão económica, assente quer na cultura do café quer mesmo na do algodão, e perante as restrições impostas pela Alemanha (em 1859) à emigração de cidadãos seus para este país da América do Sul (devido ao tratamento de escravos a que eram sujeitos), o Brasil, que havia abolido a escravatura em 1888, mais do que nunca vai precisar de mão-de-obra estrangeira. Deste modo, a lacuna deixada pelos escravos, será em larga medida preenchida pelos portugueses, que entretanto continuavam a emigrar em grande número*”¹⁶. A emigração para o Brasil condicionou e monopolizou, em determinados anos, as saídas dos nordestinos e a totalidade de emigrantes de alguns concelhos.

2.º – Atenda-se também a uma política de verdadeira captação de mão-de-obra, pouco especializada e qualificada mas em grande abundância e promovida por agentes subtis. Carvalho Arroteia afirma: “*A situação económica do país mas, sobretudo, nas promessas e na intensa propaganda de angariadores e do próprio governo brasileiro no sentido de fazer recrutar emigrantes (não só portugueses, mas igualmente espanhóis e italianos), necessários para assegurarem o expansionismo do «ciclo do café» então em curso. (...) fortemente impulsionado por agentes ávidos em manter a incauta clientela, única matéria-prima da sua lucrativa indústria*”¹⁷.

3.º – O continente americano, e concretamente o Brasil, oferecia possibilidade de ocupação e exploração de grandes espaços, implicando a concentração de população, no dizer de Carvalho Arroteia, para a “*construção de infra-estruturas: portos, vias de circulação, estradas, pontes, etc. – e de exploração mineira local – que estiveram na base dos grandes movimentos transoceânicos do séc. XIX até ao começo da 1.ª Grande Guerra*”¹⁸. Este quadro condicionou, sem dúvida, o volume de saída de mão-de-obra, válida e disponível, do nosso país e do Distrito de Bragança. “*Embora sujeito às oscilações da procura de mão-de-obra, nos mercados internacionais e aos fortes condicionalismos internos, que têm jogado como fac-*

*tores determinantes do desenrolar do processo emigratório, a saída de mão-de-obra portuguesa tem sido, uma constante*¹⁹.

4.º – Identidades e afinidades históricas, culturais e linguísticas propiciaram bom acolhimento, para além do aliciante salarial. Aos factores económicos e financeiros, associa-se a similitude da língua e cultura: “*Isto para não falar da identidade de tradições e de língua que espiritualmente servem e podem mais para reunir dois povos do que a separação marcada pela sua geografia física e pela sua história política*”²⁰, no dizer de Emygdio da Silva. Os factores culturais são, muitas vezes, chamariz e forma de encobrir o lado delicado que a emigração brasileira revelava, tal como afirma Miriam Halpern Pereira: “*Os portugueses continuaram a mostrar preferência acentuada pelo Brasil onde, apesar da completa alteração do estatuto social do português, a língua comum e a ilusão de uma civilização idêntica apareciam facilitando a integração*”²¹.

5.º – As condições oferecidas pelo país com solo fértil, grandeza de território, riqueza hidrológica e do subsolo são ofertas que o braço e ambição do emigrante não pode desprezar. “*Não podem ser postas em dúvida as condições gerais do Brasil na susceptibilidade da valorização incomparável das suas riquezas inexploradas e na realidade das aclimações da raça branca a extensíssimas e numerosíssimas zonas do seu solo*”²². A riqueza do Brasil passava pois pela produtividade existente e pela que seria possível explorar ou rentabilizar.

A emigração nordestina concentrou-se em zonas onde a produção agrícola se destaca: café (S. Paulo e Rio de Janeiro, entre outras zonas), a borracha (Manaus, Pará), cacau (Baía), açúcar (Pernambuco, Baía, Rio de Janeiro), algodão (Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro). A riqueza florestal associa-se a esta lista de culturas tropicais, desenvolvidas nas “fazendas”. O arroz, o trigo, a fruta, a pecuária, foram outros tantos exemplos de uma produtividade em potência. Na área industrial, a exploração dos recursos do subsolo era considerável: minas de carvão (Rio Grande do Sul, São Paulo), bem como a indústria algodoeira. Acrescenta-se uma balança comercial em progressão. Daí também o interesse de grande número de emigrantes pelo sector comercial. Emygdio da Silva apresenta, na sua obra, algumas tabelas estatísticas referentes ao comércio brasileiro para o ano de 1912 (ano forte de emigração portuguesa para o Brasil), mencionando um total de 74 647 865 libras para as exportações, perante 63 373 971 libras para as importações. Entre 1901 e 1914 as exportações excederam sempre 30 000 000 de libras e o aumento foi quase ininterrupto.

O Brasil começa, no entanto, no final do 2.º decénio do século, a restringir a entrada de emigrantes estrangeiros atendendo também a alguns problemas sentidos na sua conjuntura económica. No *Boletim de Emigração*, n.º 5 de 1920, refere-se que o governo do Brasil elabora uma lei para todos os que desembarquem nos seus portos, impedindo a entrada no seu território de estrangeiros, mutilados, aleijados, cegos, loucos ou mendigos, ou portador de qualquer outra

doença, e dos que têm mais de 60 anos, tendo de provar que podem arcar com custos. Poderia mesmo ser expulso qualquer indivíduo de conduta duvidosa, evadido, condenado por crimes ou actos de violência. A permanência só era garantida se residisse 5 anos, ininterruptos, em território brasileiro.

Tal situação permitiu que muitos emigrantes se deslocassem para a Europa que, depois da 1ª Grande Guerra, passou a ser um polo de atracção. O cônsul de Portugal em Santos escreveu ao Comissário Geral dos Serviços de Emigração, em 5 de Novembro de 1919, aconselhando o desvio de emigrantes para as nossas colónias africanas: “*Não existem infelizmente instituições que queiram tomar o patriótico encargo de tutelamento a emigrantes. Por este motivo e ainda pelas dificuldades em obter-lhes colocação é aconselhável a sua emigração de preferência para as colónias portuguesas, além de que as autoridades brasileiras, estão dificultando a entrada aos emigrantes que não satisfazam determinadas exigências, documentárias, físicas e cívicas*”²³.

Também no *Boletim de Emigração* é notória a preocupação pela forma como vivem os nossos emigrantes e encontramos várias referências a situações em que é visível a falta de protecção. A correspondência dos vários consulados aponta para situações de apoio deficitárias. Manaus não tem estabelecimentos tutelares para emigrantes. Pará não oferece mercado de trabalho suficientemente amplo, absorve apenas alguns que se destinam ao comércio. A indústria encontrava-se em fase inicial e a agricultura não era a actividade forte deste estado. A assistência a emigrantes é quase inexistente. Há muitos indigentes e o Cônsul aconselhava mesmo impedir o embarque: “*Os últimos emigrantes que aqui têm chegado estão arrependidos de haver partido; a cidade está repleta de trabalhadores e não há trabalho para todos. O melhor serviço que o Governo lhes poderia fazer era não os deixar embarcar para cá*”²⁴.

Baía era considerado o estado mais atrasado do Brasil, onde rareavam instituições para colocar, orientar ou proteger emigrantes e diariamente morriam muitos deles. As cidades mais desenvolvidas, como São Paulo e Santos começaram também no final da 2.ª década do século XX a sentir problemas semelhantes. Muitos dos portugueses aí residentes recorrem aos consulados para serem repatriados por falta de saúde e recursos materiais.

Nos maiores centros brasileiros o auxílio aos emigrantes era urgente e as manifestações de regresso a Portugal avolumavam-se mas nem sempre os consulados dispunham de meios para acudir, atempadamente, a todos os casos. O consulado de Santos retrata, em 20 de Novembro de 1919, a situação precária dos emigrantes deste estado, atendendo à volumosa colónia domiciliada na zona: “*Infelizmente existem bastantes indivíduos necessitando o seu repatriamento por não terem recursos próprios, nem aptidões para o trabalho, uns por se acharem em precário estado de saúde e outros por serem de avançada idade. Calculo, no entanto, que, pelo menos, existem cerca de 50 indivíduos nestas condições e que estão mal vivendo à custa da caridade pública; alguns dos quais frequentemente recorrem a este consulado para obterem qualquer quantia para mitigarem a fome. Também muitos compatriotas têm recorrido ao*

consulado pedindo informações sobre a possibilidade de serem repatriados para as colônias portuguesas, por não desejarem continuar a residir no Brasil, receando perseguições injustas em face do rigor com que agem certas autoridades quando há greves, e por já haverem exemplos de expulsão de indivíduos, entre eles alguns portugueses considerados indesejáveis”²⁵.

Em 1920, continua a assistir-se a esta tendência de desvio da corrente da emigração do Brasil, preferencialmente a favor do Portugal ultramarino, explorando-se hipóteses e sugestões de académicos e ilustres coloniais convidados a publicar no *Boletim de Emigração* artigos onde manifestam a sua opinião neste sentido, atendendo à grande dificuldade de colocação de emigrantes no Brasil e às circunstâncias angustiosas em que vivem e trabalham. Discutiu-se a forma prática de levar a efeito esta inflexão que, no entender do Comissariado dos Serviços de Emigração, se impunha “urgentemente”.

Apelava-se para acudir, segura e prontamente, às necessidades de emigrantes que eram obrigados a pedir exílio e repatriamento. Os estados brasileiros não tinham instituições para proteger os incautos, porque o país atravessava uma crise de emprego que destituía os desejos de fortuna e êxito de quem lá se refugiava, fazendo-os sofrer as maiores privações. O cônsul de Portugal em Santos, em relatório de 8/1/1921, refere mesmo que é grande o número de emigrantes portugueses nesta zona, especialmente homens, mas enfrentam grandes dificuldades em encontrar trabalho devido à crise comercial e à carestia de vida, geradores de salários reduzidos e despedimentos: “*Diariamente se apresentam centenas de portugueses pedindo repatriação para as colônias e continente e ao mesmo tempo socorros para se sustentarem a si e às suas famílias, sendo a maior parte desembarcados recentemente, isto é devido não só pela crise de trabalho em virtude da campanha nativista contra a colônia portuguesa domiciliada nesta cidade, como também pela aspereza do clima e do duro ofício industrial que arruína a saúde dos emigrantes*”²⁶.

Nesta década, assistimos pois a um aumento crescente destes factores repulsivos. Paralelamente, avoluma-se o número de pessoas que manifestam desejo de regressar a Portugal, ainda que grande parte não tenha recursos para efectuar a viagem de regresso e os organismos consulares não tenham meios capazes de responder a todas as solicitações.

No *Boletim de Emigração* é notória a ideia de que o Brasil, como região para explorar, poderia permitir uma vida onde a riqueza surgisse com espontaneidade, como país receptor de emigrantes, de onde poucos saíam para ganhar a vida. Por tal, deveria exigir-se a este país a oferta de condições para receber os emigrantes e também contrapartidas para os países que para lá vêm dirigir os seus habitantes. “*Portugal é um país de emigração; o Brasil não o é. Carece o Brasil, para a cultura do seu solo, para o seu povoamento e para o desenvolvimento das suas indústrias, da emigração europeia, porque a asiática e africana são impróprias. E a emigração europeia que mais convém ao Brasil, mais do que italiana ou alemã é a portuguesa, porque foi o génio lusitano que inspirou e formou o Brasil. Colonizar é mais do que enriquecer o*

mundo de mercadorias; é exaltar a terra pela impregnação dum grande e elevado valor moral”²⁷.

Os emigrantes portugueses levaram pois, atrás de si, valiosos elementos económicos e étnicos dos quais se deveria obter a respectiva compensação. Segundo o mesmo *Boletim de Emigração*, passaria por facilidades para a colónia portuguesa: direitos civis, sociais e administrativos; condições de trabalho remunerado, livre e assistido onde mulheres e menores não fossem vítimas de trabalho impróprio e extenuante; condições de educação e instrução. Garantir estes e outros benefícios era uma forma de reconhecer o contributo de muitos portugueses que valorizavam o território brasileiro. Convém não esquecer que a vigilância sobre “saídas” era importante porque o êxodo de famílias completas, que se estabeleceram no Brasil e outros territórios, não acautelava os interesses económicos de Portugal e penalizava-o na “mais-valia” que poderia usufruir das gerações vindouras. Incomportável aquilatar o sacrifício emigrante com as compensações oferecidas pelo Brasil, com a obra de valorização interna, mais necessária, que podia partir da fixação da população ao solo.

Sem dúvida, o Brasil representou um destino contraditório. A miragem proporcionava um cenário de beleza longínqua, a realidade permite observar, de mais perto, o desencanto. A atracção brasileira e os seus “desaires” está bem retratada no *Boletim de Emigração*, num relatório elaborado por Carlos Pimentel aquando de um estudo para montar um serviço de protecção aos portugueses no Brasil, e que se transcreve pelo valor de conteúdo que encerra:

“O desejo de uma melhor situação económica e, sobretudo, o espírito de aventura que em todos os tempos tem sido a nota característica dos portugueses, são o principal motivo da nossa emigração. Porque escolhem o Brasil de preferência a qualquer outro país? Porque ali se fala o mesmo idioma, porque sabem antecipadamente encontrar patrícios que eles, erradamente, julgam poderem vir a ser seus grandes auxiliares e ainda por ingenuamente acreditarem na existência do longínquo Eldorado onde, sem esforço nem cansa, em pouco tempo adquiririam fortuna. Nada menos certo do que a frase de Herculano: «... o Brasil é a nossa melhor colónia desde que deixou de ser colónia nossa». Muitos, senão uma grande parte, dos portugueses que ali vão em busca de fortuna levam uma vida penosa, sofrendo as maiores agruras, arruinando a saúde.

Há no Brasil um grande número de portugueses que por virtude da sua inaptidão para o trabalho, por falta de competência profissional ou de robustez física, representa um «peso morto», e que em Portugal, onde a falta de braços se ressentia dia a dia, podiam ser úteis a si próprios e à economia nacional. Muitos deles, quando já desesperançados de auferirem, não a fortuna que lhes é adversa, mas o indispensável para o seu sustento, mendigam pelas ruas ou procuram as autoridades diplomáticas ou consulares para conseguirem o repatriamento à custa do Estado que raras vezes pode ocorrer a essas despesas.

(...) O Brasil, exuberante de vitalidade, abre os braços a toda a colonização porque não a pode dispensar, e os portugueses, a quem o espírito de aventura levou a deixar a Pátria, para lá vão engrandecê-lo sem que tenham muitas

vezes a simpatia que lhes é devida. Muitos, senão o maior número deles, para conseguirem a verba indispensável ao custo da passagem despem-se dos poucos bens que possuem na terra que lhes foi berço. Uma vez no Brasil, fixam residência, constituem família e ali ficam para todo o sempre, desnacionalizando-se, raros sendo aqueles que voltam à pátria ou convertem em escudos os haveres que conseguiram obter.

Coarctar o direito de emigrar é um ataque aos direitos individuais e por isso, verificada a preferência dos portugueses em procurar acolhimento na república irmã, é necessário que a emigração seja feita regularmente e com todas as preocupações”²⁸.

As realidades numéricas apontam sempre para desembarques em massa no Brasil, apesar de todas as contradições que se evidenciavam no seu seio. “Assim a maioria esmagadora dos emigrantes dirigem-se para as terras de Santa Cruz, aonde além da língua comum, esperam encontrar parentes e amigos, sulcando a rota há muito trilhada por milhares de conterrâneos, perseguindo o sonho de ser brasileiro”²⁹. O adido comercial de Portugal no Brasil afirma que este país é tentacular e só o Estado e a instrução farão reduzir os contingentes de emigrantes. “O Brasil absorve, nacionaliza, funde cada vez mais o português, principalmente o de tenra idade, e o homem do campo que vem analfabeto e se destina aqui à agricultura das terras do interior. Há que ir ao encontro deste mal, procurando por todos os modos solidarizar o nosso emigrante com a Pátria e evitando quanto possível que ele se desnacionalize. O que não é possível conseguir pela incompreensão natural da gente inculta, deve disputar-se pelos meios imediatamente ao alcance do Estado”³⁰.

Associado à emigração portuguesa e nordestina, encontra-se o peso da tradição histórica no tocante às trajetórias geográficas. O raciocínio que Jorge Alves manifesta no estudo sobre a emigração portuense, pode pois transpor-se para o nordeste transmontano: é determinante “a causa histórica que pesa sobre os destinos da emigração (...) mesmo quando começavam a surgir alternativas”³¹. Quando o Brasil começa a rejeitar, formalmente, emigrantes, por falta de condições, os transmontanos continuavam a ir e a não querer ver, por exemplo, a Europa.

Para finalizar, fazendo homenagem à imprensa regional e aos emigrantes nordestinos, não poderíamos deixar de transcrever uma, das muitas cartas que os jornais do concelho de bragança publicaram, entre muitas notícias de verdadeira cruzada anti-emigratória, e que constituem documentos dignos de serem divulgados.

Esta carta, publicada no jornal “Notícias de Bragança” retrata bem a crise brasileira:

“Rio de Janeiro, 12-1914 – Sr. Redactor do «Século» – Saudando-o e desejando-lhe muitas prosperidades, destas longínquas paragens, onde me encontro, venho, em nome de milhares de compatriotas nossos, dirigir-lhe um apelo. Este apelo consiste em pedir a V. Exa. a fineza da publicação destas linhas, para evitar o mal de muitos.

Escrevo-lhe do Rio de Janeiro, onde milhares de portugueses vivem na maior miséria, por falta de trabalho. E não é só na capital federal que a crise de trabalho se manifesta, com carácter assustador; em todos os Estados da República do Brasil existe essa crise medonha que estabelece a fome no lar do proletariado e dificulta a vida comercial.

Aqui, no Rio de Janeiro, multidões de desgraçados dormem nas ruas, nos matos e nos bancos dos jardins, rotos, esfarrapados, sujos, famintos, até que a polícia os conduz para a colónia correcional.

No meio desta multidão de infelizes, que luta com a miséria, existe uma grande parte de portugueses, a maioria dos quais recentemente chegados aqui. Iludidos com a fama da riqueza do Brasil, esses infelizes abandonaram a pátria que lhes foi berço, os seus campos, a sua casa, sem pão, sem trabalho!

É um quadro desolador, Sr. Redactor; é um quadro que causa dó, que comove mesmo as almas refractárias à piedade.

Muitos anseiam por voltar à Pátria; mas como? Pois se eles nem dinheiro têm para comer, passando dias e dias sem se alimentarem!

E todos os dias os vapores despejam na cais de desembarque desta cidade novas multidões, que vêm engrossar a legião de infortunados.

É uma obra de caridade, Sr. Redator, evitar os sofrimentos dos nossos compatriotas, procurando a forma mais razoável e mais racional de pôr um dique a essa torrente emigratória.

Se aos que aqui se encontram em más condições não nos é possível acudir com o remédio do regresso à Pátria – o que, aliás, seria de um resultado benéfico, pois que a sua volta levaria a desilusão aos que tencionassem vir para aqui – pelo menos façamos ver, por meio de conceituado periódico que V. Exa. com tanta proficiência dirige, aos que ainda gozam as delícias dos seus campos e as carícias da sua família, que não lhes vale a pena abandonar o lar, onde existe o pão, para vir tão longe encontrar a miséria.

Pela publicação destas linhas, que num impulso de humanidade, escrevo em favor de milhares de infelizes, muito grato lhe fica de V. Exa, José Carlos da Silva”³².

5. O BRASIL NOS 12 CONCELHOS DO DISTRITO DE BRAGANÇA

O capítulo dos destinos não ficaria completo se não tivéssemos em linha de conta as opções de destino dos emigrantes dos 12 concelhos componentes do distrito em estudo. Em termos quantitativos, a emigração para o Brasil tem um carácter de quase exclusividade. As fontes estatísticas designam-no, autonomamente, como “Brasil” e utiliza-se a expressão “Outros países da América do Sul” para identificar outras zonas geográficas da parte sul deste continente. As tendências concelhias acompanham a tendência distrital em termos de trajectórias geográficas: transoceânica e americana. “*Ainda que extensivas a todo o território as saídas para o Brasil foram relevantes nas regiões centro e norte do país (...) particularmente no nordeste transmuntano onde se situam os maiores valores (...)*”³³.

Vejamos valores específicos para o período entre 1901-1920:

Alfândega da Fé

Dos 2 454 emigrantes para o período estudado, a América destaca-se nas trajetórias geográficas e muito concretamente o Brasil, com cerca de 85,33% (2 094 emigrantes).

Também 1912 registou para o Brasil 642 dos 799 emigrantes (80,35%) para esse ano, correspondendo a 26,16% do total de emigrantes alfandegueses. Os anos de 1901, 1908, 1914, 1915 concentraram no Brasil o total de emigrantes do concelho.

Bragança

O mesmo cenário pode ajustar-se à realidade do concelho de Bragança. A América absorve 6 059 (98,40%) dos 6 157 emigrantes. Dentro deste contexto, o Brasil concentra 5 876 (95,43%) dos mesmos.

O Brasil apresenta o volume máximo em 1912 com 1 499 emigrantes (97,27%) do total para o mesmo ano e catalisa o total de emigrantes do concelho em 1907.

Carrazeda de Ansiães

Num universo de 3 608 emigrantes e dentro do grande continente americano, também os emigrantes deste concelho preferiram o Brasil. Dos 3 469 indivíduos que se deslocaram para este continente, 3 365 foram para o Brasil (97,00%), o país que concentrou o total de emigrantes do concelho em 1914 e 1915.

O ano de 1912 é o mais representativo nesta zona (19,56% do total do concelho). No tocante ao destino brasileiro, dos 706 emigrantes para esse ano, 701 (99,29%) optaram por aquele país.

Freixo de Espada-à-Cinta

Num total de 2 031 emigrantes para o período estudado, continua a destacar-se o continente americano com 1 951 emigrantes (96,06%). O Brasil ocupa um lugar de destaque com a cifra de 1 837 (90,44%).

O Brasil apresenta o pico em 1912 com 329 emigrantes (95,36%) num universo de 345 para esse ano, o qual se destaca nestes dois decénios, pois abrange 16,98% do total de emigrantes freixenenses.

Macedo de Cavaleiros

Registou entre 1901 e 1920 um total de 5 858 emigrantes. A América também é o continente de destaque neste concelho, absorveu cerca de 5 736 indivíduos, correspondendo a 97,91% dos emigrantes macedenses.

Todo o protagonismo americano se centraliza no Brasil. Para aqui se dirigiram 93,82% dos emigrantes de Macedo (5 496 no total), destacando-se o ano de 1912; cerca de 1 765 (96,87%) dos 1 822 emigrantes segue rumo a este país que monopoliza o total dos emigrantes macedenses para os anos de 1908 e 1914.

Miranda do Douro

Num concelho que apresenta apenas 527 emigrantes, a América concentra 519, ou seja 98,48%. O Brasil mantém o seu peso numérico com 451 dos 527 emigrantes (85,57%). O Brasil catalisa 100% dos emigrantes registados para os anos de 1901, 1902, 1904, 1906, 1911.

Também em 1913 se apresentam os valores superiores: 72 emigrantes de um total de 78 (92,30% desse ano). O ano de 1913 é o mais significativo, catalisa 14,80% dos emigrantes deste concelho.

Mirandela

Num universo de 5 144 emigrantes, a América está representada com 4 981 (96,83%). O Brasil tem o peso mais considerável neste continente: 4 932 indivíduos (95,87%).

O ano de 1912 é o que apresenta maior contingente emigratório: 1 359 num universo de 5 144 emigrantes (26,41%), dos quais 1 325 emigrantes (97,49%) foram para o Brasil. O Brasil absorve 100% dos emigrantes do ano de 1914.

Mogadouro

O concelho que apresenta maior número de emigrantes nos dois primeiros decénios do século XX. À semelhança dos outros concelhos do Distrito, é para a América que se destina o maior número de indivíduos. Num total de 6 720, cerca de 6 659 rumaram para este continente, ou seja cerca de 99,09%.

A zona mais privilegiada foi o Brasil que concentrou 97,41% dos emigrantes mogadourenses, ou seja, 6 546 indivíduos. O Brasil revela em 1912 o volume mais considerável: 1 536 (99,48% dos 1 544 para esse ano). Os volumes anuais de emigrantes para este país são consideráveis. Em 1914 concentrou 100% dos emigrantes concelhios.

Torre de Moncorvo

O panorama deste concelho não foge à regra. A América concentrou 4 652 dos 4 812 emigrantes (96,67%). O Brasil foi, sem dúvida, o grande catalisador dos emigrantes deste município (82,35%).

Sem dúvida, o ano de 1912 é também determinante no concelho, absorvendo 19,51% dos emigrantes moncorvenses e o Brasil com 914 emigrantes (97,33%). O Brasil concentra 100% dos emigrantes moncorvenses de 1908 num total de 234.

Vila Flor

Entre 1901 e 1920, este concelho registou 2 459 emigrantes, 2 390 concentraram-se na América (97,19%). Neste continente o Brasil também se destaca com 2 373 emigrantes (96,50%).

O ano de 1912 é o mais significativo em volume de emigrantes: 25,41% do total. O Brasil absorveu todos os emigrantes de Vila Flor de 1908, 1909, 1910, 1913 e 1914.

Vimioso

Registaram-se para este concelho 2 443 emigrantes; destes, 99,50% refugiaram-se no grande continente americano (2 431 emigrantes) com destaque para o Brasil que atingiu a cifra de 2 348 (96,11%).

O ano de 1912 é o mais representativo pelo volume de emigrantes: 38,27% do total, e o Brasil revela também, neste ano, o seu valor mais elevado, 916 de 935 emigrantes (97,96%), tendo atraído o total de emigrantes dos anos de 1901, 1902, 1903, 1907 e 1919.

Vinhais

É um dos concelhos que registou maior número de emigrantes. Num universo de 5 947, o continente americano foi destino para 5 905 (99,29%), salientando-se o Brasil com 5 790 (97,36%).

Vinhais é um concelho que apresenta valores elevados e muito extremados no tocante aos destinos. Os valores numéricos concentram-se no continente americano e só o Brasil absorve 100% dos emigrantes vinhaenses dos anos de 1908, 1909 e 1910.

O ano 1913 é o que regista mais emigrantes deste concelho: 14,71% do total; para o Brasil dirigiram-se 873, (99,77% do total anual). A distribuição anual para este destino é constante e somente nos anos de 1903, 1917 e 1918 não regista valores superiores a 100 emigrantes.

Concretizando a distribuição de emigrantes dos vários concelhos com destino ao Brasil, e relativamente ao total de emigrantes do distrito, constatamos que os três concelhos que apresentam maior número de emigrantes para este país são os que também registam valores superiores quanto aos totais de emigrantes (gráficos n.º 1 e 2).

Gráfico 1: Destinos dos emigrantes do Distrito de Bragança (1901-1920)

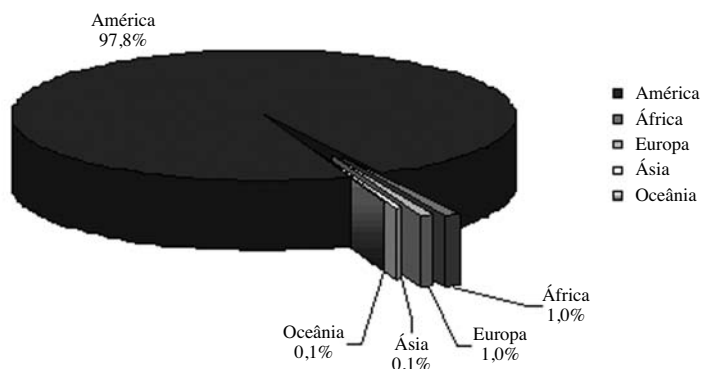
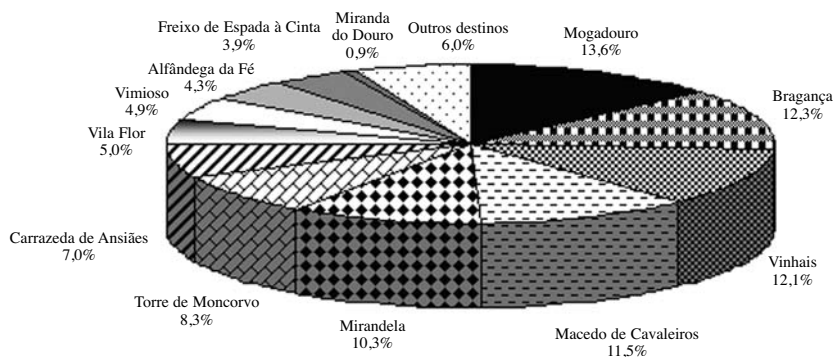


Gráfico 2: Distribuição Concelhia dos Emigrantes com destino ao Brasil (1901-1920)



Todos os concelhos registam fortes concentrações de emigrantes no Brasil, mas Mogadouro lidera os contingentes, tal como se pode observar no quadro percentual que se segue:

Tabela 3

CONCELHOS	%
Mogadouro	13,59%
Bragança	12,20%
Vinhais	12,02%
Macedo de Cavaleiros	11,41%
Mirandela	10,24%
Torre de Moncorvo	8,23%
Carrazeda de Ansiães	6,99%
Vila Flor	4,93%
Vimioso	4,88%
Alfândega da Fé	4,33%
Freixo de Espada à Cinta	3,82%
Miranda do Douro	0,94%

CONCLUSÃO

O Brasil foi o país soberano do grande continente americano em termos de emigração nordestina. Concentrou perto de 94% do total de emigrantes do Nordeste Transmontano. No fluxo emigrante português para o Brasil, entre 1901-1920, estimado em 51 598 indivíduos, os emigrantes do Distrito de Bragança atingiram 9%, direccionados, essencialmente, para São Paulo e Rio de Janeiro.

O Brasil simbolizou, sem dúvida, o destino da “contradição”, da “miragem”, onde se concentraram mais de 50% das mulheres emigrantes do Distrito de Bragança, entre 1914-1920. Anos houve em que conseguiu atrair 100% dos emigrantes de alguns concelhos. Mogadouro, Bragança e Vinhais destacam-se no volume de emigrantes que rumaram para o Brasil. Este país representou uma opção multiseccular, ao atrair emigrantes portugueses com afinidades culturais e linguísticas, ao exercer sobre eles o grande fascínio da prosperidade, ainda que nem sempre concretizada na prática, deixando muitos emigrantes apenas no patamar dos sonhos e dos mitos.

O Brasil atraiu, essencialmente, os emigrantes do Nordeste Transmontano, pela conjugação de conjunturas desfavoráveis que a região reflectia no início do século, e pelas necessidades de mão-de-obra de que carecia o grande território brasileiro para revitalizar a economia. A produção cafeeira, entre outras explorações agrícolas (ex: borracha, algodão), dificilmente sobreviveriam sem o braço escravo, abolido em finais do século XIX; rapidamente, as autoridades brasileiras promoveram, subtilmente, a captação de braços alternativos e aliantes salariais. Os trabalhadores emigrantes, pouco qualificados, albergados sem condições, ficavam expostos às maiores vicissitudes contratuais, tanto nas explorações agrícolas, como mineiras, passando pelas actividades comerciais, portuárias ou na construção de vias de comunicação.

Contraditória e tentacularmente, o Brasil, o grande “cruzeiro do sul”, simbolizava a terra da promessa, da segurança monetária, do sucesso tão desejado nos grupos emigrantes, mas também da desilusão, da difícil ou impossível riqueza. Por isso se retratam as terras de Santa Cruz como “açougue humano”³⁴; “Terra brasileira” que “socorre pela caridade”; “Brasil do ouro” e “Suspirado terreno americano”.

FONTES

- Boletim de Emigração*, 1925, n.ºs 1-4.
Boletim de Emigração, 1922, n.ºs 1 e 2.
Boletim de Emigração, 1921, n.º 1.
Boletim de Emigração, 1920, n.º 5.
Boletim de Emigração, 1919, n.º 1.
Gazeta de Bragança, n.º 660, 08/01/1905.
Notícias de Bragança, n.º 105 de 19.02.1914.
Notícias de Bragança, n.º 22, 18.07.1912.
 (A) *Pátria Nova*, n.º 209, 03.11.1912.
 (A) *Pátria Nova*, n.º 127, 25.03.1911.

BIBLIOGRAFIA

- ALVES, Jorge Fernandes (1994), *Os Brasileiros/Emigração e Retorno no Porto Oitocentista*, Porto: Gráficos Reunidos.

- ARROTEIA, Jorge Carvalho (1983), *A Emigração Portuguesa – Suas Origens e Distribuição*, 1.^a ed., vol. 79, série História, Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa Ministério da Educação.
- MATOS, Maria Isilda Santos de (1993), “Estratégias de sobrevivência. A imigração portuguesa e o mundo do trabalho, S. Paulo, 1890-1930”, in *Emigração e Imigração nos séculos XIX-XX*, coord. Miriam Halpern Pereira, et al., Algés: Fragmentos.
- MATTOSO, José (1993), *História de Portugal*, vol. 6, Lisboa: Editorial Estampa
- PEREIRA, Miriam Halpern (1981), *A Política Portuguesa de Emigração (1850-1930)*, Lisboa: A Regra do Jogo.
- SERRÃO, Joel (1974), *A Emigração Portuguesa*, Lisboa: Livros Horizonte.
- SILVA, Fernando Emygdio da (1917), *A Emigração Portuguesa*, Coimbra: França & Arménio Livres Editores.

NOTAS

- 1 SERRÃO, 1974: 113.
- 2 MATOS, 1993: 231.
- 3 *A Pátria Nova*, n.º 127, 25/03/1911.
- 4 *A Pátria Nova*, n.º 209, 03/11/1912.
- 5 *A Pátria Nova*, n.º 222, 02/02/1913.
- 6 *Notícias de Bragança*, n.º 22, 18/07/1912.
- 7 *Notícias de Bragança*, n.º 7, 04/04/1912.
- 8 MATTOSO, 1993: 588.
- 9 MATTOSO, 1993: 588.
- 10 SERRÃO, 1974: 75-76.
- 11 SERRÃO, 1974: 77.
- 12 SERRÃO, 1974: 108-109.
- 13 ALVES, 1994: 349.
- 14 SILVA, 1917: 269.
- 15 SILVA, 1917: 271.
- 16 ARROTEIA, 1983: 18.
- 17 ARROTEIA, 1983: 23-24.
- 18 ARROTEIA, 1983: 53.
- 19 ARROTEIA, 1983: 73
- 20 SILVA, 1917: 254.
- 21 PEREIRA, 1981: 15.
- 22 SILVA, 1917: 257.
- 23 *Boletim de Emigração*, 1919: 9, n.º 1.
- 24 *Boletim de Emigração*, 1919: 10, n.º 1.
- 25 *Boletim de Emigração*, 1919: 11, n.º 1.
- 26 *Boletim de Emigração*, 1921: 25, n.º 1.
- 27 *Boletim de Emigração*, 1922: 4, n.ºs 1 e 2.
- 28 *Boletim de Emigração*, 1925: 6-9, n.ºs 1-4.
- 29 ALVES, 1994: 177.
- 30 PEREIRA, 1981: 257.
- 31 ALVES, 1994: 176.
- 32 *Notícias de Bragança*, n.º 105 de 19/02/1914.
- 33 ARROTEIA, 1983: 25-26.
- 34 *Gazeta de Bragança*, n.º 660, 08/01/1905.

